



Relatório Anual

2013

ÍNDICE

3 INTRODUÇÃO

4 PANORAMA ECONÔMICO

RESULTADO DO PLANO EM 2013

10 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

24 INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

26 INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

29 RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

30 PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

32 PARECER DO CONSELHO FISCAL

33 MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

34 GLOSSÁRIO

36 ANEXO

PARECER ATUARIAL

INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV em cumprimento aos dispositivos legais apresenta o Relatório Anual de suas atividades durante o ano de 2013.

Com base nas informações do Plano, apresentamos abaixo as estatísticas referentes aos Participantes Ativos nos exercícios 2011, 2012 e 2013

Ativos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2011	2012	2013
Nº de Participantes*	1.232	1.297	1.182
Idade média (anos)	38,52	38,96	39,82
Tempo médio de filiação ao Plano (anos)	3,02	3,65	4,58
Contribuição média	R\$ 163,31	R\$ 170,66	R\$ 185,08
Saldo individual médio	R\$ 6.959,03	R\$ 8.631,58	R\$ 9.749,24

(*) Valores não contemplam participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a Entidade teve um decréscimo no número de participantes em 2013 na ordem de 8,87%, quando comparado com o exercício de 2012.

Assistidos e Pensionistas

O Plano de Benefícios APCDPREV possui atualmente 01 (um) participante assistido. Além disso, houveram duas concessões de pensão por morte em 2013.

Desde o início do funcionamento da Entidade, em agosto de 2007, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados.

Como nos demais anos, o relatório anual tem por objetivo prestar informações referentes às atividades desenvolvidas pela Entidade. Com o envio do documento, a APCDPREV mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Boa leitura!

PANORAMA ECONÔMICO

Após forte crescimento econômico de 7,5% em 2010, a expansão do PIB brasileiro desacelerou significativamente nos anos seguintes e passou a ter um desempenho bastante pior do que o crescimento médio das economias emergentes como a brasileira. Mais grave ainda é que também cresceu abaixo do crescimento do PIB mundial desde então. O melhor ano de expansão da atividade do governo da Presidente Dilma Rousseff foi 2011, quando o PIB cresceu a uma módica taxa de 2,7%. Nesse ano, de acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB das economias emergentes cresceu 6,3% e o da economia mundial, 3,9%. O ano de 2012 foi ainda pior para o Brasil, já que cresceu apenas 1%, com o PIB per capita se retraindo.

Nesse ano, a economia mundial cresceu 3,1% e as economias emergentes e em desenvolvimento cresceram 4,9%. Isto é, os pares do País na economia mundial cresceram, em média, praticamente cinco vezes o que cresceu o Brasil. Por fim, em termos de crescimento do PIB, 2013 trouxe melhores notícias para o Brasil, que fechou o ano com crescimento de 2,3%. Ainda assim, trata-se de um crescimento baixo demais para uma economia emergente, conforme mostram os dados e as projeções da tabela embaixo.

PIB Mundial: Realizado e Projeções FMI

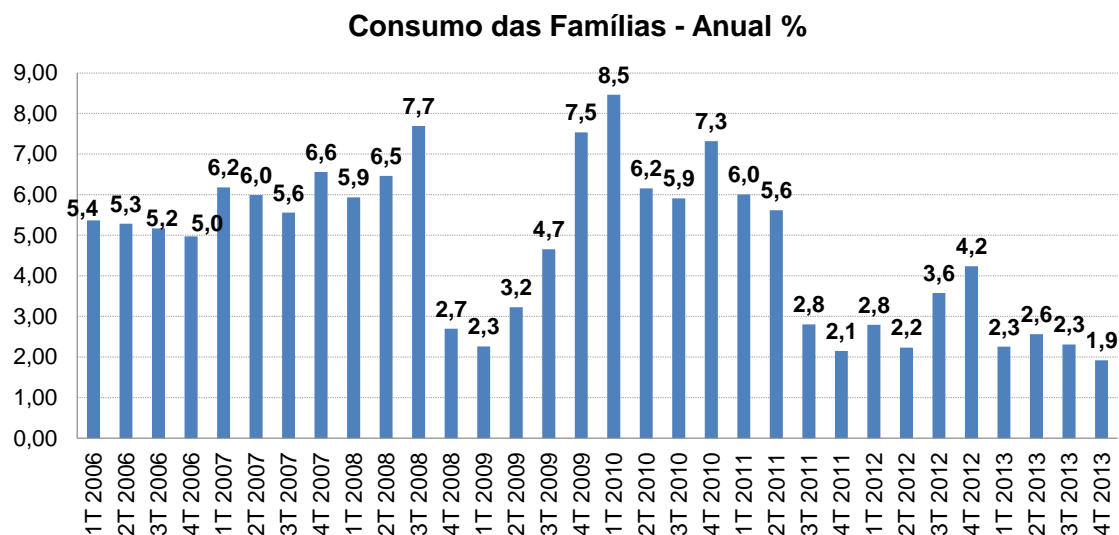
	2011	2012	2013	Janeiro 2014		Abril 2014	
				2014	2015	2014	2015
PIB Mundial	3,9	3,1	3,0	3,7	3,9	3,6	3,9
Economias Avançadas	1,6	1,4	1,3	2,2	2,3	2,2	2,3
Estados Unidos	1,8	2,8	1,9	2,8	3,0	2,8	3,0
Zona do Euro	1,4	-0,7	-0,4	1,0	1,4	1,2	1,5
Alemanha	3,1	0,9	0,5	1,6	1,4	1,7	1,6
França	1,7	0,0	0,2	0,9	1,5	1,0	1,5
Itália	0,4	-2,5	-1,8	0,6	1,1	0,6	1,1
Espanha	0,4	-1,6	-1,2	0,6	0,8	0,9	1,0
Japão	-0,6	1,4	1,7	1,7	1,0	1,4	1,0
Reino Unido	0,9	0,3	1,7	2,4	2,2	2,9	2,5
Economias Emergen e em Desenvolv	6,3	4,9	4,7	5,1	5,4	4,9	5,3
Rússia	4,3	3,4	1,5	2,0	2,5	1,3	2,3
China	9,3	7,7	7,7	7,5	7,3	7,5	7,3
Índia	7,9	3,2	4,4	5,4	6,4	5,4	6,4
Brasil	2,7	1,0	2,3	2,3	2,8	1,8	2,7
Africa do Sul	3,5	2,5	1,8	2,8	3,3	2,3	2,7
México	3,9	3,7	1,2	3,0	3,5	3,0	3,5

Fonte: WEO, FMI (Abril, 2014)

De acordo aos dados do IBGE, o PIB brasileiro alcançou a marca dos R\$4,84 trilhões em 2013, equivalente a US\$2,23 trilhões, tendo em vista a taxa de câmbio média de R\$2,17 por Dólar ao longo do ano passado. Mesmo tendo crescido abaixo da média do PIB mundial nos últimos anos, o Brasil ocupa uma posição de destaque no ranking das economias mundiais, pois em 2013 ficou com a sétima posição dentre as maiores economias do mundo.

O PIB brasileiro do último trimestre do ano passado surpreendeu positivamente ao crescer 0,7% em relação ao terceiro trimestre na série com ajuste sazonal. Este crescimento trimestral corresponde a um crescimento anualizado de 2,8%, bastante acima da média de crescimento anual de apenas 2% nos primeiros três anos do governo da Presidente Dilma Rousseff. Em termos desagregados, o

consumo das famílias cresceu 2,3%, mantendo uma trajetória de expansão que a caracterizou sempre na última década, mesmo no pior momento da crise financeira internacional, que eclodiu a partir de setembro de 2008. De todo modo, o consumo das famílias vem crescendo a taxas muito menores das taxas apresentadas até o início de 2011, tendo em vista que aquele boom de consumo levou a um forte endividamento das famílias.



A melhor notícia dos dados do PIB de 2013 é que o investimento começou a se recuperar e cresceu 6,3% em relação ao ano anterior, revertendo o dado preocupante de 2012, quando o investimento tinha caído 4% em relação a 2011. Mesmo com o crescimento do investimento acima do crescimento do PIB de 2,3%, a taxa de investimento como proporção do PIB fechou em 18,4%, o que é muito baixa para sustentar uma taxa de crescimento anual da economia brasileira perto da média dos países emergentes. Para crescer à taxa sustentada de 4 a 5% ao ano, o Brasil precisaria investir de 22% a 24% do PIB por ano. É notória a situação de pontos de estrangulamento na infraestrutura do País de forma geral: estradas, portos, aeroportos, energia elétrica, etc. Dados os pontos de estrangulamento, fica prejudicado o escoamento da produção, bem como a possibilidade de expansão ininterrupta da atividade a taxas elevadas. Recentemente, tem havido um processo mais firme de leilões de concessão de rodovias, ferrovias e aeroportos para o setor privado, que é o caminho certo para melhorar a logística diminuindo gradualmente os problemas de falta de infraestrutura adequada.

Apesar de o Brasil ter a segunda maior carga tributária da América Latina (mais de 36% do PIB), atrás somente da Argentina, as contas do setor público estão extremamente apertadas e não tem espaço para grandes projetos de investimento. É por isto que a saída para resolver os graves problemas de infraestrutura se encontra na atração do setor privado para esses grandes projetos de investimento. É claro que para atrair o setor privado é indispensável oferecer rentabilidade, confiança, regras estáveis e segurança jurídica. Na medida em que isto esteja assegurado, o setor privado há de se interessar por investir em um país continental, com excelentes recursos naturais e um mercado consumidor imenso, como o Brasil.

Apresentamos abaixo um quadro detalhado das contas do Governo Central em 2013, onde pode ser observado que a despesa total alcançou R\$914 bilhões, com aumento de 13,5% em relação a

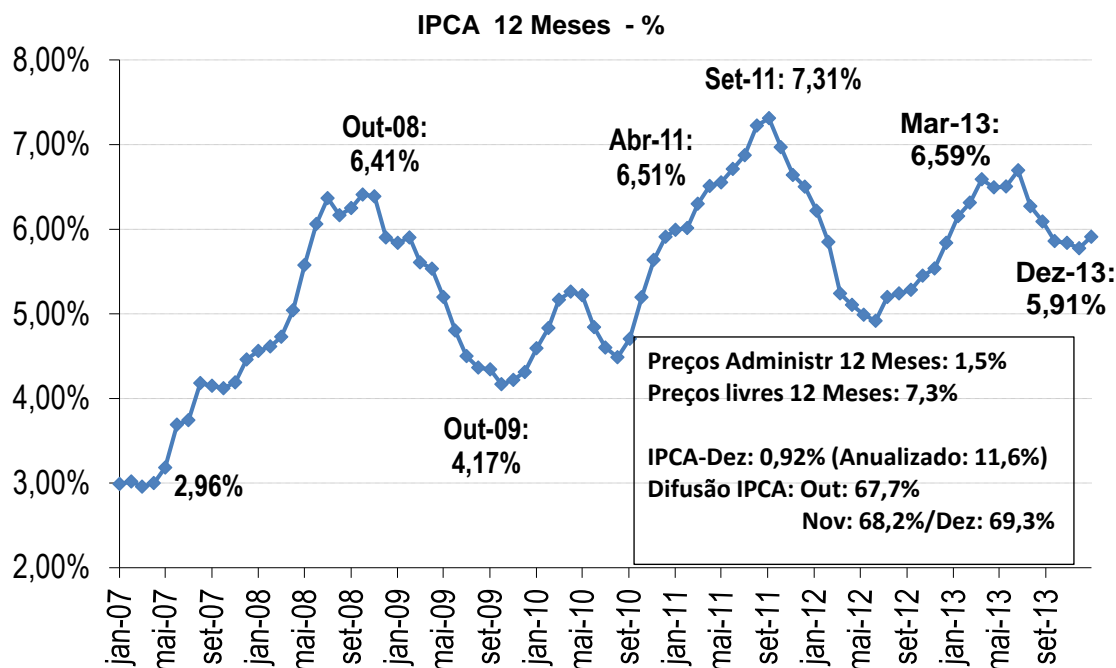
2012. Deste total, a despesa de “Capital (Investimentos)” totalizou apenas R\$63,20 bilhões, com aumento pouco acima da inflação do período (6,4%). Se retirarmos do aumento de 13,5% da despesa total a inflação de 5,91%, medida pelo IPCA, teremos que a despesa total cresceu 7,2% em termos reais. Isto é, a despesa total do Governo Central cresceu em 2013 mais de três vezes o que cresceu o PIB real (2,3%). Entretanto, o investimento do Governo Central, que se faz tão necessário, perdeu espaço no PIB porque cresceu menos do que a inflação de 5,91% adicionada do crescimento do PIB real de 2,3% (8,3%). O investimento do Governo Central foi dos menores historicamente no ano passado, correspondendo a apenas 1,31% do PIB.

Resultado Primário do Governo Central - Jan/Dez (R\$ Bi)				
Discriminação do Resultado	2012	2013	%	Diferença
Receita Total	1.062,20	1.181,10	11,2	+118,9 bi
Receita do Tesouro	783,40	871,20	11,2	+87,7 bi
Receita da Previdência Social	275,80	307,10	11,3	+31,4 bi
Receitas do Banco Central	3,00	2,80	-6,7	
Transferências a Est e Munic	181,40	190,00	4,7	
Receita Líquida Total	880,80	991,10	12,5	+110,3 bi
Despesa Total	805,00	914,00	13,5	+109,1 bi
Pessoal	186,10	202,70	8,9	+16,6 bi
Benefícios Previdenciários	316,60	357,00	12,8	+40,4 bi
Custeio e Capital	296,20	348,10	17,5	
FAT	39,30	44,70	13,7	
Subsídios	9,67	8,89	-8,0	
Benefícios Assistenciais	29,20	33,50	14,7	+4,3 bi
Auxílio à CDE	0,00	7,90	--	
Outras despesas Custeio e Cap	216,40	251,90	16,4	
Custeio	156,90	188,60	20,2	+31,7 bi
Capital (Investimentos)	59,40	63,20	6,4	+3,8 bi
Despesas do Banco Central	3,80	4,10	7,9	
Transf do Tesouro ao Bacen	2,30	2,10	-8,7	
Resultado Primário -Gov Central	88,30	77,10	-12,7	-11,2 bi
Tesouro Nacional	129,80	128,20	-1,2	
Previdência Social	-40,80	-49,90	--	
Banco Central	-0,80	-1,30	--	

Fonte: Tesouro Nacional

O superávit primário caiu de R\$88,3 bilhões em 2012 para R\$77,1 bilhões em 2013. E não foi muito pior porque nos últimos dois meses do ano, entraram receitas extraordinárias de R\$36,8 bilhões (R\$21,8 bilhões por parcelamento de débitos tributários e R\$15 bilhões por contrato de concessão de petróleo e gás). Além dessas receitas extraordinárias, que engordaram o caixa do Tesouro mas que não são recorrentes, houve represamento de despesas no final do ano, que passaram para o ano de 2014 como “restos a pagar”. O resultado foi que as despesas do Governo Central aumentaram espantosos 19,5% em janeiro de 2014 comparado a janeiro de 2013. Não resta dúvida que a política fiscal vem se deteriorando a passos largos e não propriamente por aumento nos tão necessários investimentos. O fato é que o superávit primário que, durante boa parte do Governo do Presidente Lula, ficou acima de 3% do PIB, encerrou 2013 em apenas 1,9% do PIB, apesar das receitas não recorrentes e do adiamento de certas despesas para o início de 2014. Além disso, mais expansão fiscal é feita através do BNDES.

Assim, a política fiscal extremamente expansionista vem prejudicando o combate à inflação, cuja responsabilidade ficou integralmente nas mãos do Banco Central. Em 2013, o IPCA registrou inflação de 5,91%, acima dos 5,84% de 2012. A inflação foi elevada apesar dos preços administrados dentro do índice subirem apenas um acumulado de 1,5% nos doze meses, haja vista a redução compulsória dos preços da energia elétrica e o represamento do preço da gasolina. Sem estes represamentos a inflação teria sido muito maior. A meta central de inflação é 4,5% desde 2005, mas nos últimos seis anos a meta foi cumprida somente em 2009, quando o IPCA fechou o ano com taxa de 4,31%.



Tendo em vista o afastamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central começou um processo gradual de aperto monetário em abril de 2013, elevando a taxa Selic dos 7,25% ao ano em que se encontrava à época para 10% ao ano no fechamento de 2013. O aperto monetário continuou em 2014 e na reunião de abril do COPOM a Selic foi fixada em 11% ao ano. Apesar da contração monetária que já perfaz 375 pontos-base, a inflação não tem cedido e as expectativas de inflação continuam subindo de forma consistente, de modo que a expectativa atual é que 2014 se encerrará com inflação muito próxima do teto da meta (6,5%).

A taxa de câmbio se desvalorizou sensivelmente em 2013, fechando o ano em R\$2,34 por Dólar em comparação a R\$2,04 por Dólar em fins de 2011. Esta desvalorização colocou mais combustível no processo inflacionário. Com o passar do tempo, a taxa de câmbio mais desvalorizada terá um impacto positivo na redução do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. Mas, a realidade é que em termos das necessidades de financiamento externo, o Brasil de todo modo encontra-se em uma situação extremamente confortável para enfrentar uma potencial redução de liquidez internacional. Com efeito, o investimento direto estrangeiro continua elevado. Em 2013, totalizou US\$64 bilhões e aumentou no começo de 2014, de modo que nos doze meses até fevereiro tinha alcançado US\$65,76 bilhões. Também há que se destacar que o Banco Central conta

com um elevado nível de reservas internacionais. Em dezembro de 2013 estavam em US\$376 bilhões, que correspondia a mais de dez vezes o total da dívida externa de curto prazo, bem como cobria a totalidade da dívida externa pública e privada de curto, médio e longo prazos (US\$308,63 bilhões).

Por fim, toda a deterioração da política macroeconômica e seus resultados medíocres em termos de inflação e crescimento, aliada à expectativa com a redução dos estímulos monetários nos Estados Unidos, produziu enorme volatilidade nos ativos financeiros ao longo de 2013. Houve queda do Ibovespa de 15,5% e aumento das taxas de juros dos títulos prefixados e dos títulos corrigidos pelo IPCA, com conseqüente queda dos seus preços. Assim, a maioria dos poupadores amargaram fortes perdas no seu patrimônio. No entanto, é importante ressaltar que quem não realizou o prejuízo há de recuperar patrimônio quando a economia entrar nos trilhos novamente via mudanças na atual política econômica e diante de um cenário de economia internacional mais estável que nos últimos anos, e já mostrando que o pior ficou para trás.

(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do Grupo Icatu Seguros)

RESULTADOS DO PLANO EM 2013

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL				R\$ MIL	
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Disponível	136	187	Exigível operacional	122	102
Realizável	11.882	11.274	Gestão previdência	101	82
Gestão previdência	-	9	Gestão administrativa	21	20
Investimentos	11.882	11.265			
Fundos de investimento	11.882	11.265			
Permanente	3	-	Patrimônio social	11.899	11.359
Imobilizado	3	-	Patrimônio de cobertura do plano	11.899	11.359
			Provisões matemáticas	11.899	11.359
			Benefícios concedidos	161	78
			Benefícios a conceder	11.738	11.281
Total do Ativo	12.021	11.461	Total do Passivo	12.021	11.461

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL				R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %	
A) Patrimônio social - início do exercício	11.359	8.725	30	
1. Adições	3.925	4.578	-14	
(+) Contribuições previdenciais	3.123	3.343	-7	
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	485	942	-48	
(+) Receitas administrativas	316	288	10	
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	1	5	-80	
2. Destinações	-3.385	-1.944	74	
(-) Benefícios	-2.383	-1.639	45	
(-) Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	-685	-12	5.608	
(-) Despesas administrativas	-316	-293	8	
(-) Resultado negativo dos investimentos - Gestão administrativa	-1	-	100	
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	540	2.634	79	
(+/-) Provisões matemáticas	540	2.634	79	
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	11.899	11.359	5	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Ativo Líquido - início do exercício	11.359	8.725	30
1. Adições	3.639	4.328	-16
(+) Contribuições previdenciais	3.154	3.386	-7
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	485	942	-48
2. Destinações	-3.099	-1.694	83
(-) Benefícios	-2.383	-1.639	45
(-) Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	-685	-12	5.608
(-) Custeio administrativo	-31	-43	-27
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	540	2.634	-79
(+/-) Provisões matemáticas	540	2.634	-79
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	11.899	11.359	5

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Ativo Líquido - início do exercício	12.000	11.440	5
1. Ativos	12.000	11.440	5
Disponível	135	187	28
Recebível	-	8	-100
Investimento	11.865	11.245	6
Fundos de investimento	11.865	11.245	6
2. Obrigações	101	81	25
Operacional	101	81	25
5. Ativo Líquido (1-2)	11.899	11.359	5
Provisões matemáticas	11.899	11.359	5

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	-	-	-
1. Custeio da gestão administrativa	317	293	8
1.1. Receitas	317	293	8
Custeio administrativo da gestão previdencial	32	43	-26
Custeio administrativo dos investimentos	206	193	7
Receitas diretas	78	52	50
Resultado positivo dos investimentos	1	5	-80
2. Despesas administrativas	-316	-293	8
2.1. Administração previdencial	-168	-166	1
Pessoal e encargos	-42	-32	31
Serviços de terceiros	-63	-78	-20
Despesas gerais	-61	-55	11
Outras despesas	-2	-1	100
2.2. Administração dos investimentos	-148	-127	16
Serviços de terceiros	-148	-127	16
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-1	-	100
B) Fundo administrativo do final do exercício (A+5)	-	-	-

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
Provisões Técnicas (1+4)	12.000	11.441	5
1. Provisões matemáticas	11.899	11.359	5
1.1. Benefícios Concedidos	161	78	106
Contribuição Definida	161	78	106
1.2. Benefício a conceder	11.738	11.281	4
Contribuição Definida	11.738	11.281	4
Saldo de contas - parcela participantes	11.738	11.281	4
4. Exigível Operacional	101	82	23
4.1. Gestão Previdencial	101	82	23

NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCDPREV é uma entidade Fechada de Previdência Complementar, inscrita sob o CNPJ 08.940.007/0001-03 e CNPB 20070019-18, constituída sob a forma de sociedade de previdência privada nos termos da lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e normas subsequentes, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado, regida por Estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios de contribuição definida (CD) por ela operados e pela legislação em vigor. São instituidores fundadores da APCDPREV, a Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCD e a Associação Brasileira de Cirurgiões Dentistas – ABCD.

O Plano de Benefícios - APCDPREV com data base de 31/12/2013 possui 1.253 participantes ativos, 01 assistido e 01 pensionista, além de apresentar uma idade média populacional de 40, 52 e 40 anos, respectivamente.

A Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, por meio da Diretoria de Análise Técnica, aprovou a constituição e autorizou o funcionamento da Entidade APCDPREV, bem como o Estatuto pela portaria nº 918 de 25 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 19 de 26 de janeiro de 2007. A autorização da aplicação do Regulamento do Plano de Benefício APCDPREV administrado pelo fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV foi aprovada pela portaria nº 1.459 de 21 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 162 de 22 de agosto de 2007.

O APCDPREV tem por objetivos principais a organização e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária em favor dos participantes, e estabelecer acordos, contratos e convênios com entidades públicas e privadas, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensuradas usando a moeda do ambiente econômico da entidade. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da entidade.

2. Apresentação e Principais Diretrizes Contábeis

A APCDPREV apresenta as demonstrações contábeis em atendimento às disposições dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente pela Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução

SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC Nº 5, de 8 de setembro de 2011 e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis no Brasil e em observância à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC Nº 12 de 19 de agosto de 2013, as entidades fechadas previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

I. Balanço Patrimonial;

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

II. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS;

Este Demonstrativo substitui a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações ocorridas no Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

III. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;

Este Demonstrativo tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as modificações ocorridas no Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

IV. Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

V. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA;

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

VI. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT ;

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada a totalidade dos compromissos de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.1. As principais práticas adotadas são resumidas a seguir:

A sistemática estabelecida pelo órgão normativo apresenta como principal característica a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais e o plano de gestão administrativa.

2.1.1 As práticas aplicadas em 2013 estão de modo uniforme em relação a 2012.

2.1.2 Apuração do Resultado:

As receitas e despesas são registradas com base no princípio da competência respectivamente significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

As contribuições de participantes vinculados ao plano instituído são escrituradas com base no regime de caixa, por ocasião do recebimento, de acordo com o item 8.1 do anexo C da Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

2.1.3 Realizável:

O realizável da gestão previdencial e administrativa são apresentados pelos valores de mercado e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

2.1.4 Investimentos:

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores. Nos termos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- a) Títulos para negociação – registra os títulos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e ajustados pelo valor de mercado com seus ganhos e perdas reconhecidos. Os investimentos da Entidade estão classificados nessa categoria.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos obtidos pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

2.1.5 Exigível Operacional:

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

2.1.6 Operações Administrativas:

Em conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdenciais, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração

previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

2.1.7 Provisões Matemáticas:

As provisões matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais segundo parecer de atuário externo, contratado pela Entidade, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes, assistidos ou a seus beneficiários, na forma prevista no regulamento do plano de benefícios.

2.1.8 Estimativas Contábeis:

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões matemáticas e fundos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3. Atividades de Registro e de Controle

3.1. Gestão Previdencial: compreende a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

3.2. Gestão Administrativa: compreende a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

3.3. Investimentos: compreende a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos do plano de benefícios.

4. Ativo - Disponível

A denominação “disponível” é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como cheques em tesouraria e numerários em trânsito.

A posição consolidada do Ativo – Disponível em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, referente às contas correntes é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2013	2012
CAIXA	1	1
BANCO	135	186
Itaú	135	186
Total Disponível	136	187

5. Ativo Realizável – Investimentos

Em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, foram adotadas as seguintes providências:

a) Política de Investimento

A gestão dos ativos do Plano de Benefícios no ano de 2013 seguiu as diretrizes das respectivas Políticas de Investimentos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua Reunião Ordinária, realizada em 31 de dezembro de 2012, cujos objetivos foram transmitidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC em 22/01/2013.

b) Controle de Riscos

No âmbito da Política de Investimento, são observados diversos tipos de riscos, principalmente os riscos de mercado e de crédito. O risco de mercado refere-se a possíveis perdas oriundas de oscilações. O risco de crédito corresponde a perdas oriundas do fato de o emissor de um título não honrar o compromisso assumido.

c) Gestão de Investimentos

O Plano de Benefícios, em 31/12/2013, possuía o Fundo de Investimento Icatu Vanguarda FIC de FI Previdência Associativa Multimercado a seguir discriminados:

c.1.a) Renda Fixa:

- Icatu Vanguarda FI Renda Fixa Crédito Privado LP
- Icatu Vanguarda Gold FI Renda Fixa
- Icatu Vanguarda Renda Fixa FI Plus Longo Prazo
- Icatu Vanguarda IPC Gold Plus FI RF
- Icatu Vanguarda IPC Gold FI RF
- Icatu Vanguarda Proteção Real FI Renda Fixa Crédito Privado
- Icatu Vanguarda FI Renda Fixa IPCA Crédito Privado LP

c.1.b) Renda Variável:

- Icatu Vanguarda IBX FI Ações;
- Icatu Vanguarda Dividendos FI Ações;
- Icatu Vanguarda Top Ações FIA

c.2.) O Fundo de Investimento Icatu Vanguarda FIC de FI Previdência Associativa, em 31/12/2013 e 31/12/2012, possuía os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2013	2012
ICATU VANGUARDA FI RENDA FIXA CRÉDITO	3.129	3.080
ICATU VANGUARDA GOLD FI RENDA FIXA	2.136	3.494
ICATU VANGUARDA RENDA FIXA FI PLUS LONGO	1.127	-
ICATU VANGUARDA IPC GOLD PLUS FI RF	1.144	2.078
ICATU VANGUARDA IPC GOLD FI RF	1.439	541
ICATU VANGUARDA PROTEÇÃO REAL FI RENDA	1.196	856
ICATU VANGUARDA FI RENDA FIXA IPCA	306	-
ICATU VANGUARDA IBX FI AÇÕES	575	562
ICATU VANGUARDA TOP ACOES FIA	232	-
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	597	573
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS - LTNO	-	76
CONTAS A PAGAR	-2	-3
SALDO EM TESOURARIA	3	8
TOTAL	11.882	11.265

A posição consolidada do Ativo Realizável – Investimentos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

INVESTIMENTOS	2013	2012
Plano	11.866	11.245
Fundos de Investimentos	11.866	11.245
PGA	16	20
Fundos de Investimentos	16	20
TOTAL	11.882	11.265

6. Ativo Permanente

Os bens que constituem o permanente do Plano de Gestão Administrativa são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a composição consolidada do Ativo Permanente é a seguinte:

ATIVO PERMANENTE	Taxa de depreciação Amortização	2013	2012
Imobilizado		3	3
Móveis e Utensílios	10%	3	-
Total		3	-

7. Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial

Correspondem às obrigações a pagar assumidas pelo plano de benefícios com terceiros, relativos a contrato de repasse das contribuições de risco junto a uma seguradora que administra a cobertura de morte e invalidez que é vendido pela entidade, assim como, a retenção de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre resgates e benefícios.

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Retenções a Recolher	45	1
IRRF	45	1
Outras Exigibilidades	56	81
Repasse de Risco para seguradora	56	81
TOTAL	101	82

8. Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa

Correspondem às obrigações a pagar assumidas pela Entidade relativas à Gestão Administrativa, assim como as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros, ainda não liquidados.

A posição consolidada do Passivo Exigível Operacional – Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Salários e Encargos	5	1
INSS	1	-
Provisão para 13º	1	1
Provisão para férias	3	-
Fornecedores	13	16
Icatu Administração Previdenciária	13	16
Retenções a Recolher	2	2
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços de terceiros	2	2
Outras Exigibilidades	1	1
PIS/COFINS sobre receitas administrativas	1	1
Total	21	20

9. Passivo – Patrimônio Social

A posição consolidada do Passivo – Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, que representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações do Plano e PGA, apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Patrimônio de Cobertura do Plano	11.899	11.359
Provisões Matemáticas	11.899	11.359
Benefícios Concedidos	161	78
Benefícios a Conceder	11.738	11.281
Total Patrimônio Social Consolidado	11.899	11.359

- 9.1. As Provisões Matemáticas, no total de R\$ 11.899 (em 2012, R\$ 11.359), referem-se às provisões dos Benefícios Concedidos do Plano, de R\$ 161 (em 2012, R\$ 78), com os participantes assistidos, e às provisões dos Benefícios a Conceder do Plano, de R\$ 11.738 (em 2012, R\$ 11.281), com os participantes ativos, conforme avaliação atuarial elaborada por atuário externo.
- 9.2. As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada concedidos a seus assistidos, participantes e beneficiários em gozo de tais benefícios.
- 9.3. Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo atual de suas contribuições.
- 9.4. Premissas e Hipóteses Atuariais

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Tábua de Mortalidade Geral (1)	AT 2000 F	AT 2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos (2)	AT 2000 F	AT 2000
Hipóteses sobre taxa de juros % (3)	0,00%	0,00%

- (1) Justificativa – Tendo em vista se tratar de um plano aprovado em 2007, contemplando uma experiência estatística ainda insuficiente para realização de estudos e testes de aderência significativamente consistentes, em conformidade com o Guia PREVIC Melhores Práticas Atuariais em Fundos de Pensão, optou-se por apresentar os resultados dos testes realizados para toda a massa de participantes de 16 planos instituídos. Face ao exposto, conforme resultados apresentados pelo Relatório RAH_2013_APCDPprev_rev002, optou-se pela alteração da tábua de Mortalidade Geral, ou seja, adoção da Tábua AT-2000 F.
- (2) Justificativa - Tendo em vista se tratar de um plano aprovado em 2007, mesmo agrupando dados de planos com características semelhantes, a experiência estatística foi insuficiente para realização de estudos e testes de aderência significativamente consistentes. Face ao exposto, conforme resultados apresentados pelo Relatório RAH_2013_APCDPprev_rev002, optou-se, por conservadorismo, pela alteração da tábua de Mortalidade de Inválidos,

adotando a mesma tábua indicada para estimar a expectativa de vida de participantes assistidos válidos, qual seja, Tábua AT-2000 F.

- (3) Justificativa – Mantendo o critério de conservadorismo adotado pela entidade desde sua instituição, bem como em função do nível de rentabilidade auferida no período estudado, conforme resultados apresentados pelo Relatório RAH_2013_APCDPREV_rev002, optou-se pela manutenção da hipótese atual, qual seja, taxa de 0,00%a.a. para as concessões dos benefícios.

10. Contas de Resultados – Gestão Previdencial

10.1. Plano

10.1.1. As receitas previdenciais do Plano totalizaram no ano R\$ 3.123 (em 2012, R\$ 3.343).

10.2. As despesas de benefícios dos assistidos totalizaram no ano R\$ 2.383 (em 2012, R\$ 1.639).

10.3. As constituições líquidas das Provisões Matemáticas do Plano totalizaram no ano R\$ 540 (em 2012, R\$ 2.634), sendo R\$ 83 (em 2012, reversão de R\$ 6) de Benefícios Concedidos e R\$ 457 (em 2012, R\$ 2.640) de Benefícios a Conceder e foram cobertas com os resultados dos investimentos líquidos e contribuições realizadas para o Plano, deduzidos dos pagamentos de benefícios.

11. Contas de Resultados – Gestão administrativa**11.1. Plano PGA**

- 11.1.1.** As movimentações ocorridas na Gestão Administrativa resultaram em saldo nulo no Fundo Administrativo, nos exercícios findos em 2013 e 2012 e apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2013	2012
Constituição/Reversão de Fundo Administrativo	-	-
Receitas	316	288
Contribuição dos Participantes	32	43
Custeio sobre Resultado dos Investimentos	206	193
Receita Direta PGA	78	52
Despesas	-316	-293
Administração Previdencial	-168	-166
Pessoal e Encargos	-42	-32
Serviços de Terceiros	-63	-78
Administração de Planos	-45	-37
Auditoria Contábil	-18	-41
Despesas Gerais	-61	-55
Cartório	-2	-
PIS/COFINS	-15	-14
Locomoção	-1	-
Postagens	-1	-
TAFIC	-1	-1
Despesas s/ Contas Correntes	-36	-36
Material de expediente	-2	-
Tributos Municipais	-2	-2
Despesas C/ Divulgação	-2	-
Caixinha	-	-2
Outras Despesas	-2	-1
Administração dos Investimentos	-148	-127
Administração de Planos	-148	-127
Resultado Líquido dos Investimentos	-	5

12. Contas de Resultados - Investimentos

12.1. Plano

- 12.1.1.** O resultado líquido das aplicações dos investimentos do Plano, no ano, foi negativo de R\$ 200 (em 2012, positivo de R\$ 930) e foi transferido para a Gestão Previdencial por meio dos Fluxos dos Investimentos.

12.2. Plano PGA

- 12.2.1.** O resultado líquido das aplicações dos investimentos do Plano PGA, no ano, foi negativo e totalizou montante inferior a R\$ 1 (em 2012, positivo em R\$ 5) e foi transferido para o Fundo Administrativo do Plano.

13. Rentabilidade do Plano de Benefícios

A rentabilidade líquida acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, obtida pela aplicação do patrimônio da entidade, foi de -0,14% e 0,79% em 2012, calculada com base na variação das cotas.

14. PIS e COFINS

A Entidade contribui às alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de aposentadorias, pensão, pecúlio e de resgate).

Paulo Vianna Mesquita

Diretor Presidente

Carlos Alberto dos Santos Corrêa

Contador CRC- RJ 52.009/O-5

COMENTÁRIO FINAL

Em 31 de dezembro de 2013, as provisões matemáticas do Plano de Benefícios APCDPREV somaram R\$11.898.827,36, tendo o mesmo uma rentabilidade anual de 0,04%.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (R\$ Mil)		
	2013	
	338	100,00%
Gestão Própria (Direta)	316	93,48%
Pessoal Próprio e Encargos	42	12,42%
Administradora de Planos	193	57,10%
Auditoria Externa	18	5,32%
PIS/COFINS	15	4,44%
Locomoção	1	0,30%
Postagens	1	0,30%
TAFIC-Taxa de Fiscalização	1	0,30%
Tarifas Bancárias	36	10,65%
Material de Expediente	2	0,59%
Outras Despesas	7	2,07%
Gestão Terceirizada (Indireta)	22	6,52%
Taxa de Administração	17	5,14%
Auditoria Externa	1	0,35%
Consultoria Jurídica	2	0,45%
Custódia	0	0,15%
Taxa de Fiscalização CVM	1	0,25%
Outras	1	0,18%

INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV

1. ESTATUTO

Não houve alteração do Estatuto Social da Entidade em 2013.

2. REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração do Regulamento do Plano de Benefícios APCDPREV em 2013.

O Estatuto vigente e Regulamento vigente do Plano estão disponíveis para consulta no site www.apcdprev.org.br, nas opções Institucional → Estatuto e Plano APCDPREV → Regulamentos.

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2014

PLANO DE BENEFÍCIOS APCDPREV

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2014

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo: 30/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Heber Luis Nogueira Fontão

Mecanismo de informação da política aos Participantes: Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR E EMISSÃO

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de baixo risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de diversificação:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS			
TABELA DE LIMITES PARA INVESTIMENTO POR PESSOA JURÍDICA E POR FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS			
LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 3%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO			
TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DE EMISSÃO DE EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS E AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS			
LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-

Os investimentos em títulos privados e investimentos em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e investimentos em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios da carteira de alto risco de crédito devem verificar necessariamente os seguintes limites de investimento por emissor:

TABELA DE LIMITES POR EMISSOR EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO			
LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

Para os títulos emitidos por empresas privadas não-financeiras e ao patrimônio líquido do fundo de investimento em direitos creditórios e do fundo de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios deverão adicionalmente serem observados os seguintes limites de participação em relação à emissão total do ativo:

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DA EMISSÃO – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO NÃO-FINANCEIRO			
LIMITE DO PL DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

SEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda Fixa	CDI	70%	100%	90%
Renda Variável	IBrX	0%	20%	10%
Investimentos Estruturados	CDI	0%	10%	0%
Investimentos no Exterior	CDI	0%	0%	0%
Imóveis	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%
Empréstimos e Financiamentos	INPC + 6% a.a.	0%	0%	0%

4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica desta Política é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o horizonte de investimento de um Plano de complementação de aposentadoria. Por isso, baseia-se principalmente numa estimativa de retornos reais de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação. Com a aproximação do fim de 2013, se faz oportuno refletir sobre as perspectivas e tendências econômicas para 2014.

O mercado internacional continua aguardando as decisões dos Estados Unidos sobre a continuação dos estímulos à economia local. Incerteza é a palavra que define as perspectivas para o ano de 2014. Enquanto isso, na Europa, as taxas de desemprego estão bem distantes dos níveis satisfatórios e ainda é cedo para anunciar o fim da crise nessa região, apesar da redução significativa de risco de ruptura.

No cenário doméstico, o Brasil passou por um período de turbulência no segmento de renda fixa principalmente pelos ativos indexados à inflação. Dada a expectativa de aumento dos juros de curto prazo no Brasil e o efetivo aumento da taxa Selic, como instrumento de correção do rumo da inflação, os juros dos títulos do Tesouro de longo prazo foram aumentando gradativamente com a contrapartida de vermos os seus preços de mercado caindo, refletindo em rentabilidade negativa e elevada volatilidade, em alguns momentos superior ao nível de volatilidade dos índices mais comumente utilizados como representantes do segmento de renda variável.

Em resumo, 2013 continuou sofrendo resquícios da crise internacional sofrida em 2008, no cenário externo, e da pressão inflacionária e dos desequilíbrios fiscais no Brasil. Apesar das grandes contrações econômicas não serem tão frequentes, a economia vem sendo marcada pela longa duração desses efeitos e por um crescimento ainda bastante abaixo da média pré-Lehman e da tendência de longo prazo.

Abaixo apresentamos as estimativas de retorno nominal das principais variáveis econômicas.

Indicadores	2014	2015	2016
PIB - %	2,70%	2,40%	3,50%
US\$ final - R\$	2,35	2,45	2,45
IGPM - %	5,60%	5,30%	5,00%
INPC - %	5,83%	5,28%	5,19%
IPCA - %	5,80%	5,30%	4,80%
SELIC Fim de Período - %	10,00%	11,00%	9,50%
SELIC Média - %	10,00%	10,69%	9,80%
Bolsa (130% SELIC) - %	13,00%	14,30%	12,35%

* Fonte: Icatu Seguros (Data base 11/2013)

A APCDPREV, na execução e acompanhamento da Política de Investimentos, pode se utilizar dos cenários de curto prazo para fazer suas micro-alocações (escolha de ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa, etc.) e para a alocação tática em cada segmento (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos e imóveis) dentro dos limites aprovados.

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A APCDPREV acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

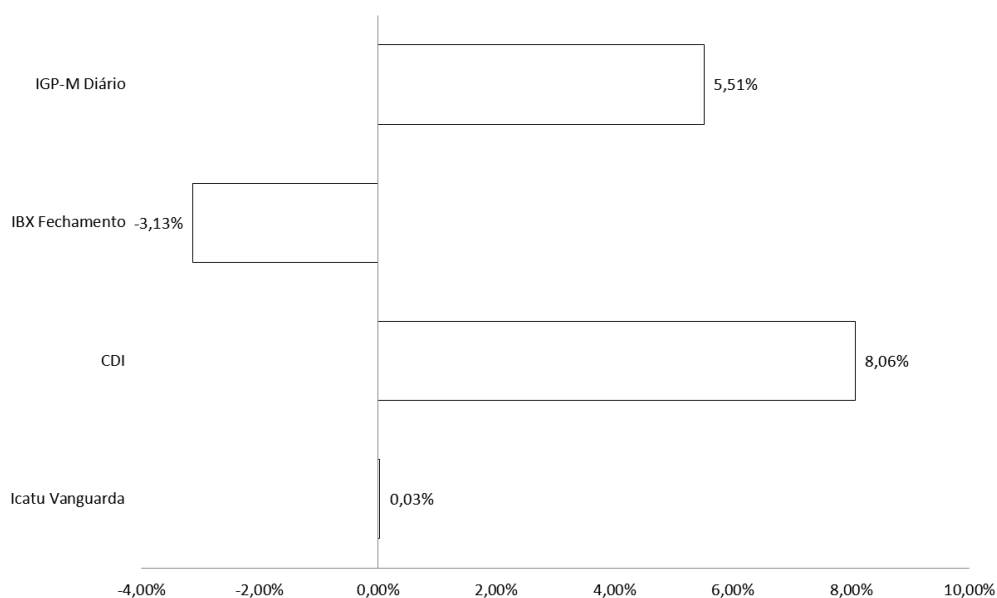
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2013 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

ALOCAÇÃO	2013		2012	
Renda Variável	1.350	11%	1.136	10%
Renda Fixa	10.532	89%	10.130	90%
Total	11.882	100%	11.265	100%

RENTABILIDADE ACUMULADA JAN/13 A DEZ/13



Os recursos do plano estão alocados no fundo ICATU VANGUARDA FIC PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIES AOS ADMINISTRADORES E PARTICIPANTES FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS – APCDPREV SÃO PAULO – SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCDPREV (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIES

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – APCDPREV, em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC)

São Paulo, 12 de março de 2014.

GF Auditores Independentes

Grupo Gorioux Faro

CRC 2SP 025248/O-6

Oswaldo dos Santos Fonseca

Contador

CRC 1SP 207386/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DO ANO 2013 E 2012

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, conforme disposto no art. 42 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 28 de março de 2014, analisou os relatórios da Auditoria Independente e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e constatou-se que foram praticados com os Princípios Gerais de Governança, aos preceitos da legislação e ao Estatuto da Entidade, estando adequadamente refletidos em seus aspectos relevantes e nas demonstrações contábeis, que foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise dos documentos acima referidos, o Conselho Fiscal concluiu que os documentos refletem a situação patrimonial e financeira da entidade. Este Conselho, portanto, recomenda que as contas da Diretoria Executiva – Exercício do ano de 2013 e 2012, sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPREV.

São Paulo, 28 de março de 2014.

Maurício Teixeira Duarte

Vice-presidente do Conselho Fiscal

Ronaldo Iurovischi

Suplente do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO - EXERCÍCIO DO ANO DE 2012 E 2013

Quanto às Demonstrações Contábeis e de Resultado da APCDPrev referente ao exercício de 2013 e 2012: Em reunião de 28 de março de 2014, o Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multinstituído da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas - APCDPrev, no uso das competências de que trata Art. 32 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da APCDPrev, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da APCDPrev e aos princípios legais, e que as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as Demonstrações Contábeis e de Resultado referentes ao exercício de 2013 e 2012.

São Paulo, 28 de março de 2014.

Pedro Antonio Fernandes

Presidente de Conselho Deliberativo

GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS   o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modifica es que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL   o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentac o do ativo líquido por meio das adic es (entrada) e deduc es (saídas) de recursos.

Demonstrac o do Ativo Líquido (DAL): a DAL   o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composi o do Ativo, Obriga es e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA   o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentac es que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT   o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a aloca o dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legisla o vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferenca quando comparado   meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplica o.

Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis: as Notas Explicativas acompanham as demonstrac es contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropria o dos recursos e na avalia o dos elementos patrimoniais. Além das informa es já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos: a Política de Investimentos   responsável por definir as principais regras e condi es para aplica o dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política   elaborada anualmente e deve considerar em sua elabora o os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para defini o dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente: o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste Conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.

ANEXO
PARECER ATUARIAL



Central de Relacionamento



4002 0606 Capitais

0800 284 0606 Demais localidades

www.apcdprev.org.br

Rua Voluntários da Pátria, 547 - Mezanino – Santana - São Paulo - SP - CEP 02011-000